

## OPERADORES ARGUMENTATIVOS NA ESFERA JORNALÍSTICA: O DESVELAMENTO DA SUBJETIVIDADE EM TEXTOS OBJETIVOS

Fernando Pinheiro<sup>1</sup>

**Resumo** O seguinte trabalho propõe apresentar subjetividade em textos objetivos através de recortes de textos do gênero notícia da *Folha de São Paulo*, em que a linguagem predominante é a informação objetiva, levantando, dessa forma, subjetividade do sujeito jornalista através dos Operadores Argumentativos.

**Palavras chaves:** Sujeito, Subjetividade, Operadores Argumentativos, Esfera Jornalística

**Abstract** The article proposes to present subjective in objective texts between recorts of texts of notice genre of the *Folha de São Paulo*, because, the predominant language is the lens information, presenting, in this way, subjective of journalist subject between Argumentative operators.

**Keywords:** Subject, Subjective, Argumentative operators, Journalistic sphere.

### 1 INTRODUÇÃO

Este artigo visa apresentar a subjetividade do sujeito jornalista em textos do gênero Notícia retirados da *Folha de São Paulo*. Para isso, buscamos na Análise do Discurso de linha francesa, o conceito de Sujeito e Subjetividade – com o olhar voltado para o jornalista e na Semântica Argumentativa os conceitos de Operadores Argumentativos que apresentam justamente, a presença do sujeito que enuncia.

Primeiramente, contudo, conceituamos brevemente os gêneros, por Bakhtin (1995) entendendo-os como ferramenta de comunicação e interação, atividades de linguagem em estreita ligação com as relações sócio-histórica, ideológicas e dialógicas dos homens.

---

<sup>1</sup> Professor universitário na FACNOPAR. Professor da Rede Pública de Ensino do Estado do Paraná, do Colégio Nossa Senhora da Glória (Apucarana). Mestre em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Especialista em Educação à distância com ênfase na formação de tutores, pela Faculdade de São Braz de Curitiba. Especialista em Psicopedagogia pela FAESP de Curitiba. Graduação em Letras pela FECILCAM de Campo Mourão.

Na sequência, partimos para o enfoque de gêneros na esfera jornalística, primando pelo gênero notícia, objeto desse nosso trabalho, buscando melhor apresentar esse tipo de texto com o qual jornalistas adaptam seus pensamentos e linguagem neste gênero para enunciar de acordo com seus objetivos. (BAKHTIN, 1995).

Nessa perspectiva, após a explanação desses conceitos, passamos por recortes de notícias apresentando alguns exemplos de operadores que marcam fortemente a subjetividade do jornalista na notícia.

## 2 DESENVOLVIMENTO

### 2.1 Gêneros

Para termos uma compreensão clara do gênero, precisamos entender a língua como uma ferramenta que representa as diferentes esferas da atividade humana. A língua então, se efetua através de enunciados (BAKHTIN, 1995) e estes, por sua vez, refletem as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas. Aqui, o autor se refere à língua como reflexo das relações sociais estáveis dos falantes, logo, assim como muda e divergem essas relações, muda-se também a língua, as enunciações, as vozes sociais.

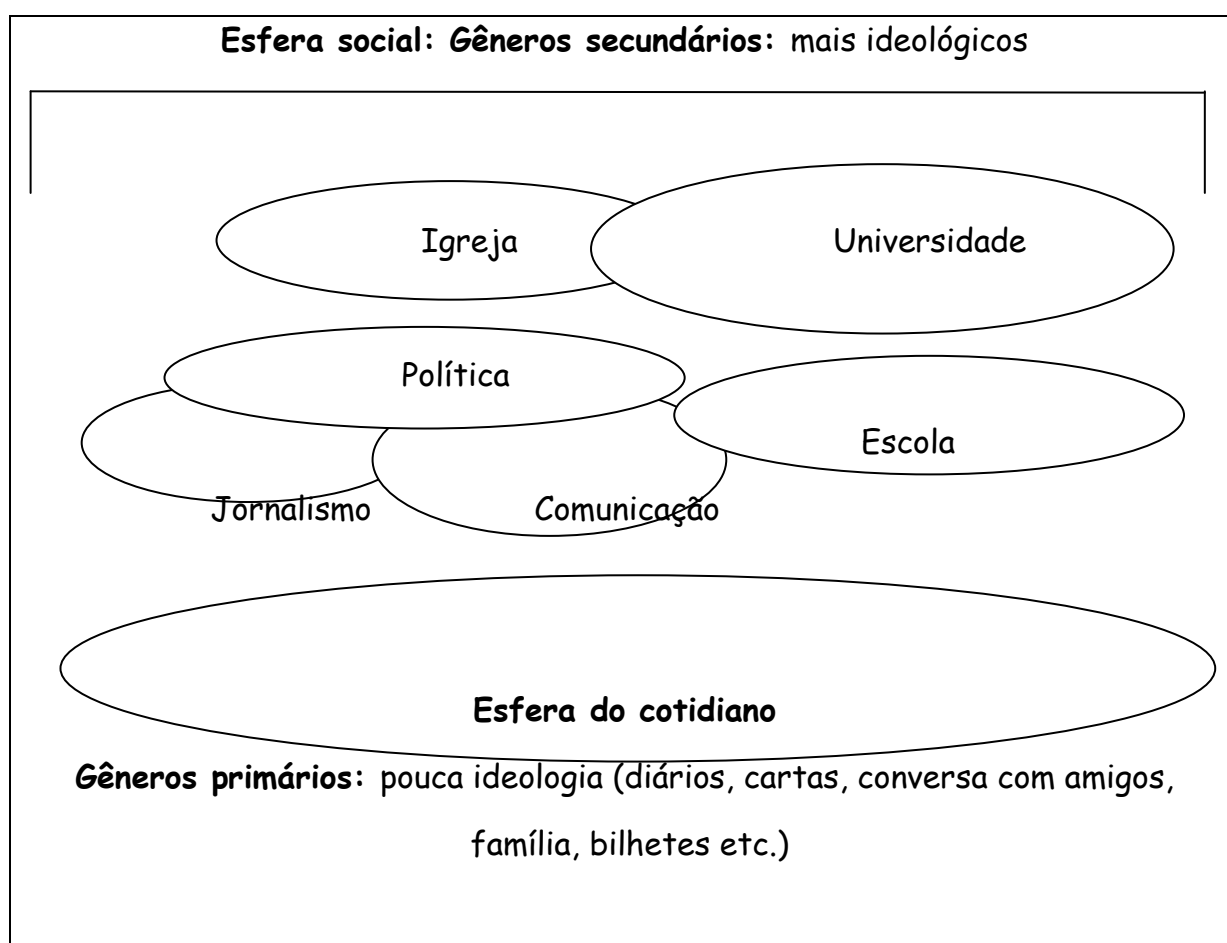
Segundo Bakhtin (1995), a linguística do século XIX considerava a língua enquanto formadora do pensamento, logo, apenas a expressão do universo individual do locutor era considerado. Segundo o autor, o ouvinte recebe e compreende a significação, adota uma atitude responsiva ativa: concorda, discorda, adapta etc.

Já no século XX, Bronckart (2003) inspirado na teoria interacionista da linguagem (VYGOTSKY, 1998), no agir comunicativo (HABERMAS, 1968), na interação verbal (BALTAR, 2004), propôs o que chamou de *Interacionismo sociodiscursivo*, que considera a linguagem em suas dimensões sociais e discursivas, sendo assim, uma característica da atividade social dos homens, portanto, os gêneros, segundo o autor são padrões, modelos socialmente utilizados em situações concretas de uso. Dessa forma, apropriar-se dos gêneros é fundamental para a socialização e inserção do indivíduo nas atividades humanas.

Partindo desse pressuposto, os gêneros são construções sociais e históricas que, embora relativamente estáveis (BAKHTIN, 1995) são dinâmicos e transformam-se adaptando às necessidades e atividades sociais e culturais. Segundo Bazerman (2005), criam fatos sociais oriundos de estruturas sociais que direcionam as ações humanas, influenciando as atividades sociais e sua organização. Assim, Bakhtin (1995) afirma que a base das relações está na infraestrutura, no capital, na economia, nos valores enfim, que geram poder.

A partir da infraestrutura geram-se as diversas esferas, a esfera do cotidiano, da comunicação, das religiões, mídia, escola etc, que constituem práticas sociais da cultura a qual estão inseridas. Em cada esfera, o homem, nas inúmeras situações sociais adequa seus enunciados em diferentes gêneros sejam eles orais ou escritos, gêneros esses, que podem ser primários – relacionados às esferas do cotidiano, e gêneros secundários – relacionados às esferas mais complexas como, comunicação cultural, ideológica, científica etc. (BAKHTIN,1992).

Essa relação pode ser assim representada:



Infra-estrutura
Base da sociedade: Relação de poder (capital/economia/que gera poder/ <b>Marxismo</b> )

Quadro 02: Bakhtin (1985, p. 198)

A importância de entender os gêneros como tipo de comunicação que representam as esferas é levá-lo ao formalismo abstrato e não considerar a sua relação com essas esferas, pois, segundo Bakhtin (1992) a língua penetra na vida através dos enunciados concretos que as realiza e vice-versa.

Para se ter a noção de gênero por Bakhtin, é preciso compreender a noção de gênero a partir de fundamentos nucleares, como: concepção sócio-histórico, ideológico e semiótico da consciência e a realidade dialógica da linguagem e da consciência, não dissociá-la, portanto, de noções de interação verbal, comunicação discursiva, língua, discussão, texto, enunciado e atividade humana (RODRIGUES, 2001). Logo, Bakhtin (1995) afirma que o que constitui um gênero é a sua ligação com uma instituição social de interação, e não meramente as suas propriedades formais, dessa forma, estando os gêneros vinculados a situações sociais, dentro de esferas sociais determinadas, apresentam suas finalidades, objetivos, bem como a noção de locutor e interlocutor.

A isso, Bakhtin nos reporta ao discurso de outrem que apresenta como problema a dinâmica da inter-relação dos indivíduos, não considerando somente o discurso do locutor, como vimos, mas, a atitude do ouvinte, pois, a compreensão de uma fala viva é acompanhada de uma atitude responsiva ativa, mesmo que, retardada, pois, o ouvinte não é um ser mudo, mas cheio de palavras, cedo ou tarde o que foi ouvido e compreendido de modo ativo encontrará um eco no discurso ou no comportamento.

O autor aponta novamente que o centro organizador de toda a enunciação não está no interior, mas no exterior, situado no meio social que envolve o indivíduo, ideologicamente.

Em se tratando dos gêneros, este, afirma Bakhtin, são formas estáveis que se introduzem em nossa experiência e consciência, pois, falamos por enunciados, logo, aprender a falar é aprender a estruturar enunciados, assim, ao escolhermos, enquanto locutores uma oração, escolhemos em vista da função do todo do enunciado completo, pois, a idéia que temos da

forma do nosso enunciado dirige-se em nosso processo discursivo. (BAKHTIN, 1992, p.92).

Bazerman (2005) afirma que qualquer tentativa de fazer taxonomias estáveis a respeito da definição de gênero é cair em um formalismo redutor. Dessa forma, o autor define as espécies de texto como:

Como leitores, usamos o gênero para demarcar o tipo de mundo em que entramos em cada texto (...). Como críticos e historiadores, atribuímos explicitamente um gênero para categorizar séries de textos como similares e para mapear as mudanças na prática literária. Como pedagogos, usamos o contexto de gêneros para organizar cursos e ensinar alunos. Como escritores, usamos nosso senso de gênero para focalizar nossos esforços, para localizar e mostrar recursos típicos e apropriados ao gênero, para reconhecer o estilo e o decoro apropriados, para fornecer enquadros para formas difusas e outros tipos de ruptura. (BAZERMAN, 2005, p.47-48).

Segundo o autor, os atos de fala locucionário (o que foi dito), ilocucionário (a intenção) e o perlocucionário (como as pessoas recebem e agem futuramente) influenciam e/ou modificam, norteiam os fatores sociais. Através dessa postura dos atos de fala dos interlocutores, há que se considerar o risco de não comunicação, ou seja, da mensagem deturpada, não compreendida que provocará ações outras que estão ligadas a um elo, a uma cadeia de ações, de fatos. Dessa forma, para que a fala do locutor seja entendida, este, consciente ou inconscientemente passa a agir de modo típico, ou seja, ele percebe que certos enunciados funcionam bem em uma determinada situação, assim, formas de dizer se padronizam e proporcionam uma antecipação por parte do locutor, das reações dessas pessoas. Essas formas padronizadas do dizer (falar/escrever) se concretizam em gêneros, situações tipificadas. (BAZERMAN, 2005).

Para entendermos melhor os gêneros, agora voltados para a esfera aqui elegida, passamos a dissertar sobre o enfoque que essa teoria dá aos textos produzidos na esfera jornalística.

## 2.2 Gênero Notícia

Lage (1985) em *Estrutura da notícia* aponta que a circulação de informações impressas já acontecia na Idade Média em forma de decretos, proclamações, sermões etc, que se expandiu com as navegações no intuito de

colonização levando informações e técnicas, e que sofreria mais tarde, censura por parte de órgãos poderosos como o Estado e a Igreja sendo, porém, derrubado pela revolução industrial. Isso porque, a partir desse momento, surgiram fatores favoráveis para essa evolução, sendo eles: um mercado efetivo para os jornais; a evolução tecnológica chegando à imprensa e o custeio das produções editoriais pela publicidade.

Uma vez, sendo a imprensa já consolidada, como brevemente expomos aqui, a “notícia terminaria sendo a matéria-prima principal, conformando-se a padrões industriais através da técnica de produção, de restrições do código linguístico e de uma estrutura relativamente estável.” (LAGE, 1985, p.13).

O autor ainda enumera elementos que precisam ser considerados ao se elaborar uma notícia, sendo o primeiro deles, a sequência da exposição dos fatos, por responsabilidade do jornalista ou narrador, aqui, já encontramos um parâmetro para a análise da subjetividade do jornalista, que, embora sua linguagem seja objetiva e imparcial, a escolha do título, em que parte exatamente inicia e termina o relato da notícia, apontam a escolha, o olhar subjetivo desse narrador, o que entende como de caráter mais importante sucedendo as fatos de menor relevância.

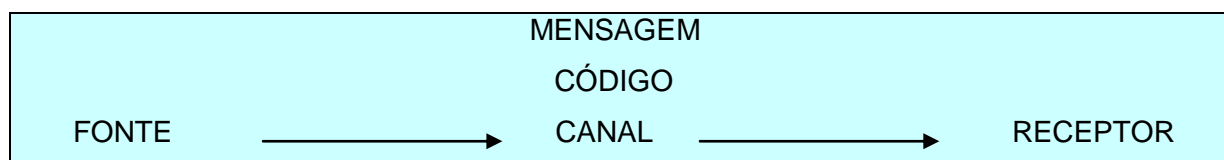
O segundo elemento apontado por Lage (op. cit) refere-se ao “fracionamento, ao ritmo da sequência, se vai ser extremamente objetiva ou se, conservando o caráter da objetividade e imparcialidade, vai delongar os fatos”. Dessa forma, na produção da notícia, os fatos não são ordenados em ordem temporal, mas, pelo interesse ou importância dos mesmos, partindo da seleção dos eventos, ordenação e nomeação dos elementos (escolha lexical).

Quanto a linguagem utilizada, o número reduzido de léxicos aumenta a comunicabilidade e facilita a redação. Dessa forma, a notícia tem o caráter de “aparência do mundo” (p.22) pois, trata-se de uma representação, escolha de fatos que acredita-se serem importantes, fatos esses que deixam na subjetividade, ou seja, por trás da notícia o que realmente aconteceu.

Quanto aos interlocutores, Lage(1985) afirma que os leitores da notícia (enunciatários) não conhecem seu enunciador e, da mesma forma, o redator (enunciador) tem uma ideia, um conceito geral e estatístico do seu público. Dessa forma, faz-se necessário a impessoalidade do redator (uso da terceira pessoa) até

porque antes de ser impressa, ela é “reescrita, condensada, traduzida e submetida a critérios de edição”. (p.34).

O autor apresenta para a produção e transmissão da notícia um modelo elementar de comunicação, a saber:



Quadro 02: Lage (1985, p.24)

Dessa forma, a fonte corresponde à função emotiva (primeira pessoa pronominal); o receptor corresponde à função conativa (segunda pessoa pronominal); o canal à função fática (o jornal impresso); o código à função metalinguística e a mensagem à função referencial.

Nessa perspectiva, o autor afirma que a notícia pode comover, motivar, causar conformismo etc, proporcionando, conforme Bakhtin, uma responsividade ativa no leitor. Porém, quem escreve a notícia tem a preocupação com a informação. Assim, o que importa nesse texto não é o que alguém pensou, sonhou, sentiu etc, mas o que disse, afirmou, relatou etc.

Na estrutura da notícia, tem-se o *lead* que se trata do primeiro parágrafo deste gênero no jornalismo impresso. Existem algumas formas de *lead* como o clássico, o direto, o resumo etc, conforme mencionam os manuais de redação (p.36), porém aqui, apresentamos o clássico que, segundo Lage, contém: sujeito (sintagma nominal), predicado (sintagma verbal) e as circunstâncias (sintagmas circunstanciais), assim, nele estão as informações básicas para o entendimento dos fatos, sendo eles o “quem fez, o que fez, a quem fez, quando, onde, como, por que e para quê.” (p.27).

Quanto ao caráter *aspecto verbal*, de extremamente importância na notícia, distingue a ação concluída (perfectivo) da não concluída (imperfectivo). Assim, quando o fato da notícia for concluído usa-se o pretérito perfeito; quando se tratar de fato previsto, usa-se o futuro do presente; e, raramente no presente, sendo esta mais voltada para o jornalismo do rádio e televisão.

O autor ainda apresenta as mudanças dos verbos ocorridas no campo semântico, sendo: *deslocamento* com verbos do tipo partir, levar, correr,

andar etc; *transformações* com verbos como erguer, moldar, forjar, matar etc e *enunciativos* como dizer, afirmar, negar, escrever etc. (p.30).

Quanto aos objetivos da notícia – que se referem primordialmente à informação, Lage (1985) afirma haver grande entrave político e social, pois, nessas relações, as instituições de poder impedem de forma implícita e inequívoca, segundo seus interesses, o direito à informação e a liberdade de informar.

### 2.3 Sujeito

Mussalin (2001) ao apresentar um conceito de sujeito afirma haver diferentes concepções que se relacionam às fases que a Análise do Discurso (doravante AD) passou. Na primeira fase, a AD concebe o sujeito como sendo assujeitado, ou seja, ele não é concebido como o indivíduo que fala, mas como enunciador de uma instituição, de uma ideologia ou formação discursiva. Tal processo discursivo é chamado por Pêcheux (1990) *como máquina discursiva*, ou seja, a formação discursiva a qual o indivíduo pertence e representa ao enunciar, delimita e direciona o seu discurso.

Na segunda fase da AD, desvincula-se com o conceito de unidade do sujeito, uma vez que passa a ter vários papéis de acordo com a posição social que ocupa no espaço. A exemplo disso, podemos conceber um mesmo indivíduo assumindo o discurso de filho ou pai na instituição família, de professor ou aluno na instituição escola, de líder espiritual na instituição religiosa e assim sucessivamente, dessa forma, este sujeito passa a ser uma “função” (Mussalin, 2002), pois, cada instituição regula por uma formação ideológica determinada o que ele pode ou não dizer.

Já na terceira fase da AD o sujeito passa a ser concebido como ser heterogêneo, pois, sua identidade passa a ser dividida entre o “eu” consciente e o “tu” inconsciente.

O inconsciente, segundo Brandão (2004) é marcado pelo apagamento que pode ser recuperado, reconstituído na e pela linguagem por meio de regressão, isso demonstra que o sujeito é constituído historicamente pela linguagem porque o “sujeito é feito de linguagem” (p.69), esta é a condição do inconsciente e, este por sua vez, é constituído pelo discurso do outro.



Dessa forma, no processo de incorporação do indivíduo em sujeito, sua identidade dualiza-se com a alteridade, pois, uma vez incompleta, busca incessantemente sua completude. Assim, o centro da relação sujeito mais complementação do outro não está “nem no eu nem no tu, mas no espaço discursivo criado entre ambos.” (Brandão, 2004, p.55). Dessa forma, é na interação com o outro que o sujeito se completa.

Frente às três concepções apresentadas (fases), vemos um sujeito que não é uno, individual, mas, consciente ou inconscientemente, é assujeitado a uma formação discursiva e ideológica ou submetido à própria natureza inconsciente que, também se constitui pelo exterior. Nessa perspectiva, Pêcheux & Fuchs afirmam que o sujeito se ilude ao esquecer que é assujeitado pela formação discursiva a que este se insere, e pela ilusão de que pode controlar seu discurso. (Mussalin, 2002).

Essa impressão de sentido já existente no seu interior é proporcionada pela ideologia através do esquecimento, da memória, produzindo um efeito de literalidade. (Orlandi, 2002). O autor ainda afirma que:

[...] o interdiscurso, a memória discursiva, sustenta o dizer em uma estratificação de formulação já feitas mas esquecidas e que vão construindo uma história de sentidos. É sobre essa memória, de que não detemos o controle que nossos sentidos se constroem, dando-nos a impressão de sabermos do que estamos falando. Aí se forma a ilusão de que somos a origem do que dizemos. (p. 54).

Dessa forma, o apagamento é que nos faz resignificar o sentido das coisas, pois, elas não apenas retornam para o espaço discursivo, como também, sofre resignificação, proporcionando a subjetivação dos sujeitos que formarão sua identidade.

Para Orlandi (2002), no processo de subjetivação, a ideologia é relevante na constituição do sujeito, pois, concebendo este como um ser heterogêneo, repleto do “outro”, entende que ideologia e inconsciente são unidas, pois, a ideologia produz subjetividade, dessa forma, é ela quem constitui o indivíduo em sujeito.

Nessa perspectiva, ideologia é concebida como um aparelho que produz evidências, interpretações e (re) significação do homem com suas condições materiais de existência (Orlandi,2002), e o sentido que o sujeito atribui às coisas é

afetado pela língua, logo, a relação do sujeito com esta é fundamental para a constituição da subjetividade. Assim, sujeito, discurso, ideologia e língua são indissociáveis. A ideologia e o inconsciente materializam-se e, na mudança de indivíduo a sujeito, inaugura-se o discurso (p. 48), contudo, para a AD, o indivíduo só se torna sujeito submetendo-se à língua e à história.

## 2.4 Subjetividade

Benveniste (1974) apresenta o conceito de subjetividade voltada para o “eu” enunciador, concepção esta, muito criticada por estudiosos da área por entenderem que esta apropriação – subjetividade vai além da teoria apresentada por esse teórico. Contudo, faremos breve consideração sobre esse conceito.

Este teórico prioriza o ato de produzir os enunciados, ou seja, o processo, pois é aqui que o enunciador se constitui em sujeito através da subjetividade e, esta, pode ser marcada explícita e implicitamente no enunciado. O locutor, dessa forma, pode apresentar sua posição através dos pronomes pessoais *eu* e *tu*, pois estes são protagonistas da enunciação. Sendo o “eu” subjetivo e o “tu” não-subjetivo. Na perspectiva de Benveniste o ego transcende sobre o segundo (tu), pois, é nele (enunciador) que se encontra o seu discurso, assim, o autor vê no ego o centro da enunciação.

Porém, como dissemos acima, sua teoria é criticada nesse ponto, pois, Brandão afirma haver subjetividade mesmo quando o enunciador não é explicitamente marcado pelo pronome pessoal “eu”. Nesse caso, há um mascaramento do sujeito, seja na impessoalidade que busca objetivação dos fatos – que é o nosso caso, que buscamos analisar a subjetividade do sujeito jornalista em notícias da *Folha de São Paulo*, ou no apagamento da voz.

## 2.5 Operadores Argumentativos

Para melhor entendermos a argumentação, faremos um breve histórico do surgimento e sua dinamicidade ao longo do tempo.

A argumentação inicia-se na antiguidade clássica em que profissionais da retórica, a ensinavam para as pessoas para que pudessem se defender nas assembleias. Até então, os atenienses eram treinados para serem

guerreiros, fortes e heróis de lutas, depois com os retores, primava-se pela democracia grega e propunha-se a preparar um ateniense crítico, inteligente. Depois com os sofistas, passa-se a estudar o homem e a sociedade, este para agir nela.

No século II a.C. os romanos não se interessam pela retórica. Aqui, os poetas Cícero, Ovídio e Quintiliano publicam o Tratado sobre oratória e expõem suas ideias sobre temas educacionais. Este último divide a gramática em: arte de bem falar; interpretação dos poetas e arte de escrever. A retórica aqui tem a linguagem como intermediária entre pensamento e ação, a ação de falar até convencer pela argumentação.

No século III, há o declínio da oratória/retórica. Surge então, grupos de estudos que se dividem em: *quadrivium*, que é o estudo da geometria, espaço etc, considerado superior; e *trivium*: estudo das linguagens, considerado inferior.

Na retórica medieval, há escassez de filosofia, havendo Santo Isidoro com as figuras de linguagem, São Gerônimo na alta Idade Média e Santo Agostinho que, considerado mestre da retórica, estuda a bíblia e suas metáforas, afirmando conter na bíblia uma retórica particular. Já no século XI, a retórica passa a ter novo objetivo: falar de natureza, exaltar os nobres e a igreja com figuras de linguagem.

No renascimento, ela é influenciada pelas religiões, os discursos religiosos onde, mais tarde, na Idade Contemporânea (século XVIII), ela seria utilizada na preparação de sacerdotes. Já na década de 80, um dos objetivos dos estudos linguísticos é a argumentação, e ela concebe a linguagem enquanto produção, processo e não mais produto.

Como vimos, os estudos da argumentação iniciam-se com a retórica desde a antiguidade e, como a língua é um fenômeno social sendo dessa forma dinâmico, os modos de conceber esses recursos foram se modificando conforme justamente, mudava-se a dinâmica e inter-relação dos povos.

A isso, Maingueneau (1997) afirma que a língua não deve ser considerada independente das ideologias que circulam no interior de uma sociedade, e das posições e condições de seus usuários. Nessa mesma perspectiva, Koch (2002, p.102) afirma que o “uso da linguagem é inerentemente argumentativo”, pois, ao enunciar, temos sempre objetivos a serem atingidos, efeitos desejados, comportamentos a desencadear, como afirma Bakhtin, ao enunciar, esperamos uma recepção ativa do nosso interlocutor e, mesmo que sua

reação/resposta não seja imediata, ela é processada e mais tarde tomará forma, fazendo parte de um discurso a ser pronunciado. Dessa forma, é por isso:

[...] que se pode afirmar que o uso da linguagem é essencialmente argumentativo: pretendemos orientar os enunciados que produzimos no sentido de determinadas conclusões (conclusões de outras). Em outras palavras, procuramos dotar nossos enunciados de determinada força argumentativa. (KOCH, 2003, p.29).

Da mesma forma, Ducrot (1987) afirma que “um locutor faz uma argumentação quando apresenta um enunciado (ou um conjunto de enunciados) destinado a fazer admitir um outro (ou um conjunto de outros)”. (DUCROT apud MAINGUENEAU, 1997, p.161) e Koch (2003) os operadores argumentativos fazem parte de um processo que estabelece a relação entre o texto e o ato enunciativo, que segundo Ducrot, está inscrita na própria língua.

Conforme afirmam autores acima citados, sendo a língua uma ferramenta de comunicação e interação entre os usuários, sendo dessa forma um fenômeno social, um veículo de marcação discursiva e ideológica arraigada ao que Bakhtin chama de esferas sociais, Oliveira (2003) afirma que os estudos da argumentação devem enfatizar o processo social, uma vez que esta, a argumentação, é construída por um indivíduo que se faz sujeito ao discursar, tratando-se de um processo dialógico. (MAINGUENEAU, 1997).

Neste ponto é que destacamos a relevância do trabalho com os operadores argumentativos, pois, conforme apresenta Oliveira:

Os operadores têm um estatuto mais amplo, uma vez que veiculam estratégias lingüístico-argumentativas, imprimindo as **marcas de subjetividade do locutor**, ou seja, toda a gama de investimentos lingüísticos, psicológicos, filosóficos, sociais que se mesclam ao se produzir um texto, evidenciando a criatividade como uma manifestação polivalente do ser humano (...). (OLIVEIRA, 2003, p.232). (grifo nosso).

Dessa forma, ao enfocarmos que na esfera jornalística, o gênero *notícia*, objeto de nossos estudos, deva apresentar como elemento primordial desse tipo de gênero a objetividade, o distanciamento e neutralidade, a linguagem científica, esses operadores nos apontarão onde e como a subjetividade desse enunciador jornalista se apresenta no gênero noticioso. Dessa maneira, Oliveira ainda contribui afirmando que o operador argumentativo garante a argumentatividade do texto que produzirão determinados sentidos, sejam de

conclusão ou exclusão (KOCK, 2002), fazendo com que o sentido se realize objetivando produzir um efeito no interlocutor. Dessa forma, vale a opinião, o viés, as preferências e o enfoque dado, nesse caso às notícias, pelos jornalistas.

A isso, Koch afirma que “ao selecionar enunciados capazes de constituírem a seqüência do discurso, são responsáveis pela sua orientação argumentativa global, no sentido de levarem o interlocutor a um determinado tipo de conclusões, em detrimento de outras” (Koch, 2002, p.107) proporcionados pelos enunciadores e, por isso, os operadores indicam justamente, o direcionamento e os possíveis efeitos que produzirão sentido de conclusão aos interlocutores.

### 3. ANÁLISE DOS DADOS

Como vimos na apresentação teórica a respeito da argumentação (operadores argumentativos), os autores citados nos levam ao conhecimento de que esses indicam justamente a subjetividade do seu enunciador, independentemente do tipo de gênero apresentado. Aqui entendemos o texto enquanto gênero, pois, segundo Bakhtin, ele tem relação implícita com o contexto, com a esfera social a que pertence, pois, trata-se de um fenômeno social, dessa forma, trará de forma implícita ou explícita, as marcas de seu enunciador.

Tomamos como objeto de análise para este artigo, algumas notícias da Folha de São Paulo que, conforme vimos acima, o gênero *notícia* apresenta grande grau de informatividade e pouca argumentatividade e subjetividade, porém, estudiosos da área afirmam, não haver notícias sem marcas de subjetividade do jornalista, o próprio Manual de Redação no verbete *subjetividade* apresenta essa ideia.

Como dissemos, embora o grau de argumentatividade nas notícias seja baixo, elas existem e marcam a presença do sujeito jornalista, como veremos.

Análise dos textos:

a) *Liminar suspende resolução do Conselho Federal de Medicina, que autorizava a ortotanásia, **ou seja**, a suspensão de tratamentos.*

A expressão destacada se refere a um operador argumentativo de explicação que apresenta a escolha do seu enunciador de explicar o significado da



jornalista utilizar esse operador que indica suposição, antecipação, conjectura (RUTH ROCHA, 1996, p. 494) marca fortemente uma impressão desse enunciador que produzirá um forte efeito de sentido no interlocutor.

d) *Em Mato Grosso do Sul, onde há uma cadeia mista na cidade de Amambaí (**porém** com celas separadas por sexo), um funcionário manteve relações sexuais com uma presa dentro da cela.*

Nesse enunciado destacamos o operador *porém* classificado por Koch (2003) como um operador que contrapõe argumentos a fim de conclusões contraditórias.

Nesse ponto da notícia, os jornalistas fazem menção ao caso da menina de 15 anos presa em Abaetetuba numa cela com 20 anos que sofreu violência sexual, apresentado pela Folha de São Paulo de 25/11/07. O fato de os jornalistas trazerem esse texto e usá-lo como comparativo para a notícia que enuncia aliado à escolha do operador apresentado, traz uma valoração destes enunciadores que produz o efeito de sentido de que a situação daquela é pior que esta, embora mesmo em separado tenha havido violência sexual.

No parágrafo seguinte, os jornalistas apresentam um operador que corrobora com a ideia de reforçar a sua conclusão, no seguinte enunciado:

e) *Apesar de não estar no relatório enviado à OEA, em São Paulo há **ao menos** uma cadeia mista (homens e mulheres na mesma unidade, em celas separadas)*

Aqui, como dissemos, os enunciadores deixam claro a crença em que nesta cadeia – embora ocorram atrocidades, *ao menos* há celas separadas. O operador apresenta o recurso de comparar os casos e argumenta concluindo sua posição (KOCK, 2003).

f) ***E** um erro **ainda mais** absurdo ao supor que, no momento em que Fidel não estiver mais no poder, os marines serão recebidos de braços abertos em Cuba.*

Koch (2002) classifica o segundo operador como introdução do argumento decisivo, apresentado a título de acréscimo para dar o golpe final (p.105),

que, aliado ao operador e (adição de argumentos), o enunciador inicia a oração já adicionando argumentos e fecha-a com um argumento maior, decisivo, deixando explícita a sua valoração, sua posição, sua subjetividade.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propomo-nos neste trabalho apresentar de forma clara e objetiva, a presença da subjetividade do sujeito jornalista em um texto caracterizado como objetivo que é a notícia, para isso, aliamos à teoria de Análise do Discurso a Semântica Argumentativa.

Se a teoria apresentada nos afirma que os operadores argumentativos carregam a marca da subjetividade do enunciador, logo, destacamos alguns desses operadores em notícias da Folha de São Paulo a fim de legitimar a nossa proposta de apresentar como o indivíduo se constitui enquanto sujeito jornalista em textos objetivos como a notícia.

### 4 REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1995.

\_\_\_\_\_. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 1992. IN: BALTAR, M. **Competência discursiva e gêneros textuais: uma experiência com o jornal de sala de aula**. Caxias do Sul: Educs, 2004.

BAZERMAN, C. **Gêneros Textuais, tipificação e interação**. São Paulo: Cortez, 2003.

BENVENISTE, E. **Problèmes de linguistique générale II**. Paris: Gallimard, 1974.

BRANDÃO, H.N. **Subjetividade, argumentação e polifonia**. São Paulo: Imprensa Oficial, UNESP, 1998.

BRONCKART, J.P. **Atividades de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo**. São Paulo: EDUC, 2003;



COLLUCCI, Cláudia. Juiz obriga médicos a tentar prolongar vida de doentes terminais. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 Nov. 2007. Caderno Notícia, p.C1.

DUCROT, O. **O dizer e o Dito**. Campinas: Pontes, 1987.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Manual de redação**. São Paulo: Folha de São Paulo, 1987.

HABERMAS, J. Técnica e Ciência como Ideologia. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1968.

KOCH, I. G. V. **A inter-ação pela linguagem**. 8.ed. São Paulo: Contexto, 2003.

\_\_\_\_\_. **Argumentação e linguagem**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MAINGUENEAU, D. **Nova tendências em análise do discurso**. 2 ed. São Paulo: [s.n] 1997.

MUSSALIN, F e BENTES, A.C. [org.] **Introdução à Linguística**. São Paulo: Cortez, 2001.

NINIO, M. Sem Fidel, Cuba manterá sistema, diz relator da ONU. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 Nov. 2007. Caderno Notícia, p. A15.

ORLANDI, E. **Análise do Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2002.

OLIVEIRA, E. G. de. Aspectos Diferenciais dos Operadores Argumentativos e dos Marcadores Discursivos. **Instituto de Letras**, Salvador, p.231-243, [...] 2003.

ROCHA, R. **Minidicionário Ruth Rocha**. São Paulo: Scipione, 1996.

RODRIGUES, R.H; Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. IN: MEURER, J.L; BONINI, A; MOTTA-

ROTH, D. (Orgs.) Gêneros: teorias, métodos, debates. Florianópolis: Parábola, 2001;

TOMAZ, K.; PAGNAN, R. Presas são vítimas de abuso em 5 Estados, diz relatório. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 26 Nov. 2007. Caderno Notícia, p.C1.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1998.

## ANEXOS

FOLHA DE S. PAULO

# Sem Fidel, Cuba manterá sistema, diz relator da ONU

Para o suíço Jean Ziegler, EUA cometem "erro terrível" ao prever abertura ao capitalismo após a morte do ditador

**Ziegler diz que, em meio à continuidade, há mudanças econômicas em curso que visam maior produtividade no sistema comunista local**

MARCELO NINIO  
DE GENEBRA

Cuba sem Fidel Castro manterá o mesmo sistema comunista implantado há quase meio século. Os Estados Unidos cometem um erro "terrível" ao imaginar que o desaparecimento do ditador abrirá as portas do país ao capitalismo.

A avaliação é do relator especial das Nações Unidas para o Direito à Alimentação, o suíço Jean Ziegler, que fará hoje na sede da ONU em Genebra um relato preliminar da criticada visita que fez a Cuba, entre o fim de outubro e o começo de novembro.

Ziegler foi atacado principalmente por rejeitar o pedido de diplomatas europeus para que se encontrasse com dissidentes cubanos — segundo ele, o encontro extrapolaria seu mandato e poderia pôr em risco a abertura que, em sua opinião, representou o convite que recebeu dos cubanos.

"O governo Bush comete um terrível erro de percepção ao pensar que a questão em Cuba é simplesmente a de uma ditadura com um ditador prestes a

desaparecer. É um erro ainda mais absurdo ao supor que, no momento em que Fidel não estiver mais no poder, os marines serão recebidos de braços abertos em Cuba", disse Ziegler à **Folha** durante uma pausa nos preparativos para o relato que fará hoje na ONU.

"Os cubanos estão na quarta geração da revolucionários, que são principalmente os estudantes universitários. Eles são 860 mil, em uma população de 11 milhões de pessoas", diz.

Em meio à continuidade, o relator da ONU percebeu que mudanças econômicas significativas estão em curso. Após as enormes dificuldades sofridas durante o chamado "período especial", quando o fim da União Soviética deixou Cuba sem o mercado comunista (que absorvia 89% de seus produ-

tos), o governo agora começa a aplicar reformas que visam o aumento da produtividade.

"Ainda não há uma decisão, mas dá para sentir para onde as coisas estão indo: redução das fazendas do Estado e aumento das Cooperativas de Créditos e Serviços", diz Ziegler. "Nesse novo tipo de cooperativa, as famílias ganham direito ilimitado de uso das terras, mas não podem vendê-las." O objetivo é impedir o surgimento de uma nova classe capitalista no campo, segundo o relator.

Ziegler diz ainda que o embargo americano "tem um efeito terrível", mas não comprometeu a capacidade do governo de alimentar a população.

➔ **Leia a íntegra da entrevista no Caderno Mais! do próximo domingo**

## EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 2.561/2007 AVISO DE LICITAÇÃO

O Senac São Paulo comunica a realização de Licitação, na modalidade Concorrência, do tipo Menor Preço. Valor do edital: R\$ 100,00 em moeda corrente nacional, conforme abaixo. Objeto: fornecimento de toda mão-de-obra especializada, maquinaria, ferramental, equipamentos e instrumental necessários à execução dos serviços de obras civis na futura unidade do Senac Aclimação. Abertura: 13/12/2007, às 15 horas. Local: Rua Dr. Vila Nova, 228 — Vila Buarque — São Paulo — SP. Capital social mínimo exigido: R\$ 600.000,00. O pagamento do edital deverá ser feito na Rua Dr. Vila Nova, 228 — 7º andar — Vila Buarque — São Paulo — SP, Tesouraria, no horário das 9h30 às 12 horas e das 14h às 16h30. O edital estará à disposição dos interessados na Rua General Jardim, 618 — 1º andar — cj. 11 — São Paulo — SP, no Serviço de Engenharia, até o dia 7/12/2007, no horário das 9h30 às 12 horas e das 14h às 16h30. Informações complementares poderão ser obtidas pelo telefone (11) 3231-1700, no horário comercial.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO





# Juiz obriga médicos a tentar prolongar vida de doentes terminais

Liminar suspende resolução do Conselho Federal de Medicina, que autorizava a ortotanásia, ou seja, a suspensão de tratamentos

**Resolução, em vigor há um ano, evitava, por exemplo, que o médico perdesse o registro, mas não o isentava de responsabilidade criminal**

CLÁUDIA COLLUCCI  
DA REPORTAGEM LOCAL

A Justiça Federal do Distrito Federal suspendeu, por meio de liminar, a resolução do CFM (Conselho Federal de Medicina) que autorizava os médicos a suspender tratamentos e procedimentos que prolonguem a vida de pacientes terminais — sem chances de cura — desde que a família ou o paciente concorde com a decisão.

A prática, chamada de ortotanásia, estava em vigor havia um ano em todo o país, mas só tinha efeito interno — evitava, por exemplo, que o médico perdesse o registro profissional —, não o isentava de ser responsabilizado criminalmente. Não há dados de quantos casos de ortotanásia ocorreram no último ano, mas a prática já é considerada rotineira no país.

Em razão da liminar, advogados acreditam que alguns médicos devam recuar na prática da ortotanásia, porque, em tese, perderam o “amparo” da resolução. Também vêm ameaça às enfermarias de cuidados paliativos, existentes em ao menos 40 hospitais brasileiros. Destinados a doentes graves e incuráveis, esses locais não fazem procedimentos invasivos. Há apenas oxigênio, soro e remédios para evitar a dor.

Para o juiz Roberto Luis Luchi Demo, da 14ª Vara da Justiça Federal no DF, que concedeu liminar a pedido do Ministério Público Federal, a ortotanásia, assim como a eutanásia, “parecem caracterizar crime de homicídio, nos termos do arti-

ortotanásia não pode ser feita por uma resolução do CFM, mas somente por meio de uma lei federal, aprovada pelo Congresso Nacional.

Hoje, tramita no Congresso um anteprojeto do novo Código Penal que descriminaliza a ortotanásia. “Não constitui crime deixar de manter a vida de alguém por meio artificial, se previamente atestada por dois médicos a morte como iminente e inevitável, e desde que haja consentimento do paciente ou, em sua impossibilidade, de cônjuge, companheiro, ascendente, descendente ou irmão”, diz o inciso 4º do artigo 121 do anteprojeto. Já a eutanásia continuará sendo crime, com pena de reclusão de 2 a 5 anos.

O CFM refuta qualquer semelhança entre ortotanásia e eutanásia, que é o ato de provocar a morte de alguém que esteja sofrendo doença grave).

Para o médico Roberto D’Ávila, corregedor do CFM, a or-

Essa liminar não beneficia o paciente que opta por morrer dignamente em casa ou em enfermarias de cuidados paliativos, sem aquele sofrimento da UTI

ROBERTO D’ÁVILA  
corregedor do CFM (Conselho Federal de Medicina)

Ninguém quer ver seu familiar sofrendo, passando dor, morrendo sozinho na UTI

totanásia não antecipa o momento da morte, como acontece na eutanásia, mas permite a morte em seu tempo natural, sem utilização de recursos tecnológicos, como respiradores artificiais, que apenas prolongam o sofrimento do doente e da família. “A liminar não beneficia o paciente que opta por morrer dignamente em casa, ou em enfermarias de cuidados paliativos, sem aquele sofrimento da UTI”, diz ele.

No recurso encaminhado ao TRF (Tribunal Regional Federal), o CFM diz que nenhuma decisão médica é tomada sem o aval do paciente ou de sua família. “O paciente recebe todo socorro e cuidado necessário, só não vai usar recursos que prolongam a morte, não trazem qualidade de vida.”

## Polêmica antiga

A polêmica da ortotanásia é grande e se arrasta há pelo menos dois anos. Para o advogado Erickson Gavazza Marques, da comissão de bioética da OAB-SP, a resolução não tem amparo jurídico. “Ela realmente vai contra o Código Penal Brasileiro. O CFM não tem o poder de legislar. Os médicos que seguem sua orientação podem ser acusados de omissão de socorro ou homicídio culposo.”

Já o advogado Alberto Toron, conselheiro federal da OAB e professor de direito penal da PUC-SP, defende o CFM. “Eu aplaudi e continuo aplaudindo. E penso que o conselho possa sim disciplinar essa matéria.”

A médica oncologista Dalva Matsumoto, da Academia Nacional de Cuidados Paliativos, concorda: “Ninguém quer ver seu familiar sofrer, sentir dor, morrer sozinho na UTI.” A CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) é a favor da ortotanásia por considerá-la



# Presas são vítimas de abuso em 5 Estados, diz relatório

## Há casos de detentas que dividem celas com travestis e adolescentes homens

**Documento preparado por entidades de defesa das mulheres foi entregue à OEA; na Bahia, 2 ficaram grávidas dentro da cadeia**

**KLEBER TOMAZ  
ROGÉRIO PAGNAN**  
DA REPORTAGEM LOCAL

A violência sexual sofrida por uma jovem presa numa cela com 20 homens em Abaetetuba (137 km de Belém) não é um fato isolado e exclusivo do Pará.

Um relatório produzido por entidades brasileiras de defesa das mulheres e entregue à OEA (Organização dos Estados Americanos) em março deste ano aponta situações de abuso e violência contra presas em pelo menos cinco Estados. O Pará não foi citado na época.

No Rio Grande do Norte e na Bahia, as mulheres têm de dividir a cela com travestis e adolescentes homens. O documento relata que em Mato Grosso do Sul, onde há uma cadeia mista na cidade de Amambai (porém com celas separadas por sexo), um funcionário manteve relações sexuais com uma presa dentro da cela, na

presença de dez mulheres.

Há ainda casos de cadeias femininas em que só há funcionários do sexo masculino.

O relatório cita problemas em outros dois Estados: Rio de Janeiro e Pernambuco. Apesar de não estar no relatório enviado à OEA, em São Paulo há ao menos uma cadeia mista (homens e mulheres na mesma unidade, em celas separadas), em Ubatuba (224 km de SP).

Além da Pastoral Carcerária Nacional, participaram da elaboração do relatório o Centro de Justiça e Direito Internacional e o Grupo de Estudos e Trabalho Mulheres Encarceradas.

Os dados do documento são de 2006, mas de acordo com a advogada Luciana Zaffalon Cardoso, coordenadora do grupo interministerial criado para discutir políticas públicas para mulheres presas, a situação encontrada nos presídios continua inalterada. “Não se observou nenhuma mudança ainda em relação às denúncias apresentadas”, disse ela.

As entidades relatam que as detentas são às vezes obrigadas a fazer sexo com os próprios presos ou com os funcionários das unidades prisionais.

Assim como a jovem do Pará que disse ter feito sexo com os presos em troca de comida, as detentas violentadas também trocam o corpo por benefícios, segundo o documento. “As mulheres que sofrem violência sexual ou trocam relações sexuais por benefícios ou privilégios não denunciam os agressores por medo, uma vez que vão seguir sob a tutela de seus algozes”, diz trecho do relatório.

O texto sugere que os problemas podem não ser limitados aos cinco Estados, ao citar a falta de dados oficiais “sobre quantos e quais são as unidades prisionais que ainda possibilitam essa convivência”. É desta que as presas não estão livres de abuso mesmo onde há a separação de sexo por celas.

### Gravidez

Em Paulo Afonso (BA), por exemplo, duas presas ficaram grávidas dentro da cadeia (onde não são permitidas visitas íntimas). Lá, elas são trancadas com adolescentes infratores no mesmo pavilhão —que é separado do espaço dos outros presos por uma grade. Há um carcereiro para 80 pessoas presas.

O delegado titular de Paulo

Afonso, Idelbrando Alves da Silva, 46, afirma que, mesmo com a separação entre homens e mulheres, há poucas semanas um preso e uma detenta foram flagrados fazendo sexo na grade que divide os dois pavilhões. “A presa passou a noite algemada para não fazer mais isso.”

A divisão foi construída há seis meses. Antes, ficavam todos no mesmo pavilhão —mulheres e adolescentes no pátio; homens adultos, nas celas.

Na cadeia pública de Mossoró (RN), travestis são presos na mesma cela com mulheres porque não são aceitos pelos presos. E em Mesquita (RJ) e Recife (PE) não há carcereiras.

“Sinto pelo caso da menina do Pará, mas podemos usar aquela situação para darmos um tratamento melhor a outras jovens presas”, disse Sonia Drigo, do Grupo de Estudos e Trabalho Mulheres Encarceradas.

A Defensoria Pública de São Paulo diz que não é rara a necessidade de intervenção do órgão para remover detentas em unidades destinadas para homens. Para os defensores, uma das preocupações é ocorrer rebeliões e, no tumulto, as mulheres serem violentadas.